



POLÍTICAS PÚBLICAS E EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: DESAFIOS E POSSIBILIDADES NA FORMAÇÃO DOCENTE

Aliny Dorásio de Souza
Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes/Campus Pirapora
dorasiosousa@gmail.com

Me. Edmilson Mendes Faria
Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes/MG
edmilson.faria@unimontes.br

Eixo: 6- Políticas Públicas e Gestão da Educação

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos; Formação Docente; Políticas Públicas.

Relato de Experiência

O presente relato de experiência insere-se no eixo Políticas Públicas e Gestão da Educação e tem como objetivo analisar uma prática formativa desenvolvida no curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes), Campus Pirapora, articulando a Educação de Jovens e Adultos (EJA) às políticas públicas educacionais. A proposta emerge da necessidade de compreender a EJA como direito social e política pública, superando concepções compensatórias historicamente atribuídas a essa modalidade. Nesse sentido, justifica-se pela importância de formar professores críticos, capazes de problematizar as desigualdades educacionais e atuar na efetivação do direito à educação ao longo da vida, especialmente em contextos marcados por exclusão social.

O problema que orientou a experiência consistiu em analisar de que forma as políticas públicas educacionais incidem sobre a organização do trabalho pedagógico na EJA, evidenciando tensões, limites e possibilidades presentes na prática docente. Assim, buscou-se promover a articulação entre teoria e prática na formação docente, ampliando a compreensão dos acadêmicos acerca das especificidades dessa modalidade, bem como de seu papel na garantia de direitos e na construção da cidadania.

A experiência fundamentou-se em uma abordagem qualitativa, desenvolvida por meio de estudos dirigidos, observação da prática pedagógica e realização de rodas de diálogo entre professora regente e estudantes da EJA em uma escola estadual do município de Pirapora-MG. Destaca-se a participação ativa no contexto escolar, envolvendo planejamento, mediação das

**XVII CONGRESSO
NACIONAL DE
PESQUISA EM
EDUCAÇÃO**
COPED/2026
09 A 11 DE JUNHO



**EDUCAÇÃO E A CONSTRUÇÃO
DE UM NOVO MUNDO:
UTOPIAS HEIBERLIANAS**



discussões e sistematização das reflexões, o que possibilitou vivenciar, de forma concreta, os desafios e as potencialidades da prática docente na EJA. Tal percurso metodológico favoreceu o protagonismo discente e a construção coletiva do conhecimento, articulando vivência prática e reflexão crítica no processo formativo.

A fundamentação teórica ancorou-se nas contribuições de Freire (1996), ao compreender a educação como prática dialógica, crítica e emancipadora, e de Arroyo (2005), que concebe a EJA como campo de direitos e responsabilidade pública, vinculado às lutas sociais por inclusão e equidade. Ademais, dialoga com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996), que reconhece a educação como direito de todos, reafirmando o papel das políticas públicas na garantia da escolarização de jovens e adultos, especialmente aqueles historicamente excluídos dos processos educacionais formais.

Os resultados evidenciaram avanços significativos na formação acadêmica, sobretudo na compreensão da EJA como política pública e direito social, superando visões reducionistas dessa modalidade. Durante a realização do estágio foi possível observar maior sensibilização quanto às especificidades dos sujeitos da EJA, bem como à complexidade das práticas pedagógicas nesse contexto, além do fortalecimento de uma postura crítica, reflexiva e socialmente comprometida frente às demandas educacionais. A vivência contribuiu para a construção de uma identidade docente mais consciente do seu papel na promoção da equidade e da justiça social.

A relevância social da experiência evidencia-se ao contribuir para a formação de professores comprometidos com a justiça social, com a equidade educacional e com a efetivação do direito à educação. Ao associar e articular para que a EJA e políticas públicas dialoguem diretamente com o eixo Políticas Públicas e Gestão da Educação, destaca-se a necessidade de práticas pedagógicas que estejam alinhadas às diretrizes legais e às demandas sociais contemporâneas, para que fortaleça o papel da escola como espaço de inclusão, emancipação e transformação social.

Conclui-se que a articulação entre Educação de Jovens e Adultos e políticas públicas potencializa processos formativos críticos e reflexivos, contribuindo para a construção de práticas pedagógicas comprometidas com a transformação da realidade educacional. Ressalta-se a importância da continuidade de ações formativas que integrem universidade, políticas

**XVII CONGRESSO
NACIONAL DE
PESQUISA EM
EDUCAÇÃO**
COPED/2026
09 A 11 DE JUNHO



**EDUCAÇÃO E A CONSTRUÇÃO
DE UM NOVO MUNDO:
UTOPIAS HEIBERLIANAS**



educacionais e realidade social, fortalecendo a formação docente e a consolidação da educação como direito.

Referências

ARROYO, Miguel Gonzalez. Educação de jovens e adultos: um campo de direitos e de responsabilidade pública. Petrópolis: Vozes, 2005.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.